

Florianópolis (SC)
maio/junho de 2009
Ano 4
nº 18
R\$ 4,00

Pobres & Nojentas

Liberdade de expressão é direito humano universal.

Jornalismo é profissão

Quem é leitor da revista Pobres & Nojentas sabe! Aqui se faz jornalismo. A gente ouve as pessoas envolvidas nas lutas populares, vai até o local onde essas lutas acontecem, fala da cultura, da beleza de tantos fazeres que, devagar, plantam a semente de um mundo diferente, melhor.

Quem nos conta sobre essas lutas, esses fazeres, exercita a livre manifestação do pensamento e a liberdade de expressão. E a gente, quando escreve sobre elas, exerce o jornalismo. São coisas diferentes. Falar de jornalismo é falar de técnica, de teoria enriquecida em várias áreas do conhecimento, de criteriosa apuração dos fatos, de atividade profissional, tudo junto.

Agora o Supremo Tribunal Federal decidiu que não é necessário ter diploma de jornalista para exercer a profissão. A alegação é que essa exigência vai contra a Constituição Federal, porque ela garante a todos os brasileiros, sem quaisquer impedimentos, o direito à livre manifestação do pensamento e à liberdade de expressão, independentemente de censura ou licença. É o direito de pensar e de dizer o que quer que seja. O que o diploma nos garantia, porém, era o livre exercício da profissão com base em qualificações profissionais estabelecidas em lei. Isto também está na Constituição!

O Decreto-Lei n. 972/69, que trata da nossa profissão e prevê o diploma, NÃO impede a liberdade de expressão e manifestação de pensamento. A legislação até permite

a figura do colaborador, que não é necessariamente jornalista, mas pode escrever no jornal e na revista e falar no rádio e na televisão para dar opiniões sobre qualquer assunto.

Só que para falar sobre os fatos que acontecem em todos os lugares, o jornalista não pode se limitar a dar uma opinião, como fazer os colaboradores/colunistas. O jornalista precisa ir até o local onde aconteceu o fato, ouvir as pessoas envolvidas nele, ler sobre o assunto para melhor compreendê-lo e, aí sim, escrever o texto para o jornal e mostrar as imagens na televisão, falando sobre o significado delas a partir do que viu, ouviu e pesquisou.

A tecnologia, como a internet, os blogs, permite que qualquer pessoa, jornalista ou não, tendo acesso os meios necessários, produza fotos, colha informações e dê opiniões. Mas o jornalista tem o papel de fazer isso de forma interpretada e crítica. Isso quer dizer que ele busca, no fato individual, o que esse fato significa para quem o gerou e para quem se envolveu nele, e também o significado no processo histórico, fazendo a ponte entre o lugar e o mundo. Com esse conhecimento, as pessoas podem compreender a realidade, tomar decisões, mudar o que é necessário.

É o que fazemos, a cada dois meses, nas edições da revista Pobres & Nojentas. Por isso defendemos o jornalismo e a profissão de jornalista.



08 Decisões sobre saneamento na Ilha ignoram comunidades

- 04 Legalize já!
- 14 Caminhos que o sertão esconde
- 19 RBS faz 30 anos e consolida tática do "papa tudo" em SC
- 22 Colômbia prossegue com terrorismo de Estado
- 24 A origem das letras

Seções

- 03 Editorial
Quatro anos de jornalismo de classe
- 07 As delícias de Su&Li
- 13 Crônica
Meu lado mulher e o seu marido (2)
- 26 Tempo Livre
- 27 Poesia
Quem é ela?

Para assinar Pobres & Nojentas

- Deposite o valor na conta do Banco do Brasil nº 618-714-5, agência 0016-7
 - Envie e-mail para eteia@gmx.net informando: data e hora do depósito, nome e endereço completo (com CEP)



5 edições ao ano
(bimestral): R\$ 25,00
(inclui as despesas com o Correio)



Cooperativa da palavra libertária, criadora, caminheira. Não quer lucro nem fama. Sonha derrubar muros que separam e escondem aqueles que têm a sua palavra calada, mutilada, censurada, castrada, quebrada, torturada, em nome do lucro, do mercado, da competição.

Colaboraram nesta edição:

- Camila Bion de Assis
- Celso Vicenzi
- Elaine Tavares
- Fernando Karl
- Luiz Stefanos
- Marcela Cornelli
- Míriam Santini de Abreu
- Rosângela Bion de Assis
- Raul Fitipaldi
- Ricardo Casarini
- Sandra Werle

Edição

Elaine Tavares
(MTB/SC 00501-SC)
Endereço eletrônico:
eteia@gmx.net

Projeto gráfico, Editoração e Tratamento de imagens

Rosângela Bion de Assis
(MTB/SC 00390-SC)
Sandra Werle
(MTB/SC 00515-SC)

Artes da Pobrecita

- Silva
- Eduardo Schmitz

Apoio Cultural

• Sindprevs/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina)
www.sindprevs-sc.org.br



Florianópolis/Santa Catarina

Quatro anos de jornalismo de classe

Com esta edição, a revista *Pobres & Nojentas* entra no quarto ano de vida. É uma menina que já caminha, fala e vislumbra o mundo com olhos de quem vê magia nas veias das pétalas.

Ao longo desses 36 meses, a *Pobres* foi se consolidando junto ao público que mirava quando foi gestada pela equipe que, a cada dois meses, a coloca na rua. São leitores "criadores de mundo", pessoas de espírito inquieto, questionador. Uma parte dos exemplares da revista, graças ao apoio do Sindprevs/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina) também é distribuída gratuitamente em bairros onde moram mulheres e homens que foram entrevistados para a produção das notícias.

Muitas delas tratam de temas pouco abordados pela mídia em Santa Catarina, como foi o caso, na edição passada, das reportagens sobre a monocultura do pinus no estado e sobre a política do governo federal para a moradia.

Nesta edição a jornalista Elaine Tavares fala justamente sobre o processo que levou ao oligopólio do Grupo RBS em Santa Catarina. Hoje, praticamente todo o discurso produzido sobre o estado é mediado pela empresa gaúcha. "Os empobrecidos, os excluídos do sistema, os lutadores sociais, as gentes da periferia, todo esse povo fica de fora, tanto da própria mídia, porque nunca é mostrado como construtor de mundos, quanto da possibilidade de compreensão da

realidade, porque não tem outra fonte de informação", diz Elaine em seu texto.

Outro assunto fundamental é abordado pela jornalista Marcela Cornelli, que escreve sobre os "emissários submarinos", nomes dos canos que irão levar o esgoto produzido na Ilha até o mar. A população de Florianópolis está se organizando contra isso porque os projetos apresentados pelo poder público são vagos em relação ao impacto ambiental que essas obras podem provocar. Marcela, como já fez em outras reportagens publicadas na revista, foi ouvir as gentes em vários bairros da Capital. É mais uma história que a "nossa loira" – como a chamamos – conta aos leitores da *P&N*.

Cadernos Soberania Comunicacional

Elaine Tavares e Míriam Santini de Abreu, da equipe da *P&N*, e Raul Fitipaldi, do *Portal Desacato*, assinam os três artigos da primeira edição do "Cadernos Soberania Comunicacio-

nal", tendo como tema a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). O livreto será distribuído nas atividades voltadas à discussão e preparação da Conferência.



Agora a *Pobres & Nojentas* tem Boletim Eletrônico:

Cadastre seu e-mail em revistapobresenojentas@gmail.com para receber o resumo das notícias, reportagens, crônicas e artigos, além da agenda do movimento sindical e popular.

P&N no Orkut

Comunidade *Pobres & Nojentas*

No You Tube:

<http://br.youtube.com/PobresyNojentas>

Blog da revista

<http://pobresenojentas.blogspot.com>

Blog da revista teórica (comunicação e jornalismo)

<http://revistapobresenojentas.wordpress.com>

Legalize já!

Por Ricardo Casarini, de Florianópolis

Santa Maria, Pinta e Nina são os nomes das três caravelas de Cabral que vieram da Europa para o Brasil, quando da “descoberta”, em 1500. E assim também se nomina a “erva sagrada”, a maconha. Mas muito antes de chegarem os invasores, os povos originários desta parte do sul do mundo, os Guarany, já conheciam a planta, a qual chamavam “timbó”. Hoje, os latinos a chamam de “marijuana” e, na Índia, ela é a “ganja”. Livros antigos dizem que

foi ali, naquele país, à beira do rio Ganjes, que ela foi trazida do astral para terra. A história conta que o deus “Shiva”, da santíssima trindade Indu, meditava com essa erva sagrada à beira do Ganjes e o bernal que trazia amarrado na cintura, cheio de sementes da “ganja”, furou. Elas então se espalharam pelas margens do rio e brotaram. A partir daí, essa planta milenar começou a se disseminar por todo o planeta.

Livre, solta e com alto poder

curativo, alcançou rapidamente todos os continentes. Tecido, cordas, combustível, alimento, quase tudo se podia fazer com ela. É uma planta que nasce de forma espontânea, precisa de pouca água, poliniza-se apenas com o vento e se reproduz facilmente. Ainda pode curar, alimentar, produzir roupas, barcos e automóveis. Talvez por isso tenha recebido um dos nomes que mais lhe cai bem, “Santa Maria”, como é conhecida e tratada por muitos.

Fotos: Ricardo Casarini



As velas das caravelas de Cabral, Santa Maria, Pinta e Nina (também nomes da planta), eram produzidas com a fibra de “cânhamo”, que é o macho da “ganja”. Pode-se dizer então que, se não fosse por “ela”, o Brasil nem teria sido “descoberto”.

Seu nome científico é “Cannabis sativa”, mas vulgarmente também é conhecida como “maconha”. O último nome, hoje, assusta. E, provavelmente, essa foi a intenção dos homens que, no passado, combateram a plantinha e a batizaram assim. Diz a história que foram os grandes empresários do petróleo e do nylon, que a viam como concorrente e uma séria ameaça aos seus negócios. Como a planta era muito versátil, começou uma batalha contra ela, e como é comum num sistema opressor, quem perde é sempre o lado mais fraco. A “santa” passou a ser criminosa. Ficou mal falada, vulgarizada, proibida e perseguida pela lei dos homens.

A erva também foi duramente combatida na época da contracultura, os anos 60. O movimento, que nasceu se contrapondo à guerra do Vietnã, pregava a paz, o amor livre e questionava todos os valores da sociedade capitalista. A maconha era usada como um elemento anti-sistêmico, justamente para questionar o desenvolvimentismo sem limites, a guerra, o progresso moderno. Por conta disso a erva ficou colada ao protesto anticapitalista. Logo, perigosa demais.

Mas, apesar do desejo dos empresários têxteis e do sistema em geral, livre por seu “poder divino”, a ganja perseverou, resistiu. Nos guetos, à margem, nas estradas de terra e nas vicinais. Subiu montanhas, morros, rompeu estruturas. Poetas, músicos,

escritores, médicos, intelectuais, professores, pedreiros, motoristas, muitos a conhecem.

Ernesto Che Guevara bem dizia: “Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a primavera”. Assim é com a ganja. Maria, da boca de todos, das “bocas de fumo”. Seu nome é cantado em reverência pelos “rastafaris”. Quem nunca ouviu uma música de Robert Nesta Marley, o Bob? “There’s a natural mystic blowing through the air” - “Tem uma magia natural soprando pelo ar”.

No Brasil ela também foi cantada. Centenas de letras surgiram por sua inspiração. Hippies, malucos belezas, Raul Seixas, um dos reis do rock no Brasil. Marcelo D2 e a banda “Planet Hemp” cantaram para quem quisesse ouvir: “Porque não legalizar? Porque não legalizar? Estão ganhando dinheiro e vendo o povo se matar!”.

Quantas histórias conhecidas. Ministros tentaram plantar. Gil, ex da Cultura, teve um “probleminha” em Florianópolis, há 20 anos, por causa da “Santa”.

Carlos Minc, do Meio Ambiente, participou da Marcha 2009, no Rio de Janeiro, e se manifestou totalmente favorável à legalização. Recentemente, o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, resolveu colocar o tema a ser debatido pela sociedade: “Precisamos acabar com o tabu que impede o debate”, afirmou.

Em outros países, como a Holanda, muitas espécies da ganja são vendidas em casas de café. Nos Estados Unidos, berço do imperialismo e da repressão, existem plantações oficiais, como na Califórnia, por exemplo, onde a planta é usada para fins medicinais em portadores de câncer.

Existem muitos lugares onde

a cultura do povo é forte e as tradições valem mais que as leis, e a proibição não fez qualquer diferença.

A Santa vai resistir!

Há alguns anos, nascida de discussões coletivas em encontros e em fóruns sociais mundiais, acontece a “Marcha da Maconha”, realizada em diversas cidades espalhadas pelo mundo. Durante as marchas, o uso e consumo legal da “Cannabis sativa”, ou “maconha”, são reivindicados. Como dizem alguns organizadores, “queremos acabar com a hipocrisia e discutir o consumo da maconha, que todos sabem que existe”.

Depois da realização de algumas marchas dentro do Fórum Social Mundial, ficou decidido que maio seria o mês da luta unificada pela legalização da “maconha” em todo o mundo. Por conta disso, este ano, nas primeiras semanas de maio, milhares de pessoas em todo o planeta saíram às ruas, em mais de 300 cidades, para lembrar a luta política contra a proibição injusta que tornou ilegal o cultivo de plantas da espécie “Cannabis sativa” em quase todos os países do mundo.

Em Lisboa, Portugal, aproximadamente 500 mil pessoas participaram da marcha. No Brasil, as manifestações aconteceram em 13 cidades, Goiânia, Fortaleza, Florianópolis, João Pessoa, Recife, Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Juiz de Fora, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Em Florianópolis, no dia 3 de maio, centenas de pessoas, a maioria jovens, se concentraram no Trapiche da Avenida Beira-mar Norte, para participar da “Marcha da Maconha”. Rostos pintados, fantasias, música e cartazes: “Plan-





te seus direitos!" "Legalize já!" "Queremos plantar!". Enquanto panfletos que dialogavam sobre o tema eram entregues à população, jovens com sorriso no rosto cantavam: "Eu sou maconheiro... com muito orgulho... com muito amor..".

Numa tarde ensolarada e tranqüila, sem a presença sequer de uma viatura ou um soldado da Polícia Militar, cerca de 300 pessoas puderam manifestar seu direito de livre expressão, o que realmente não é comum em marchas e manifestações populares na capital catarinense e em todo o Brasil. Isso talvez porque todo o efetivo da PM estivesse concentrado no trabalho com a final do campeonato catarinense, no jogo de Avaí e Chapecoense, que acontecia no Estádio da Ressaca-

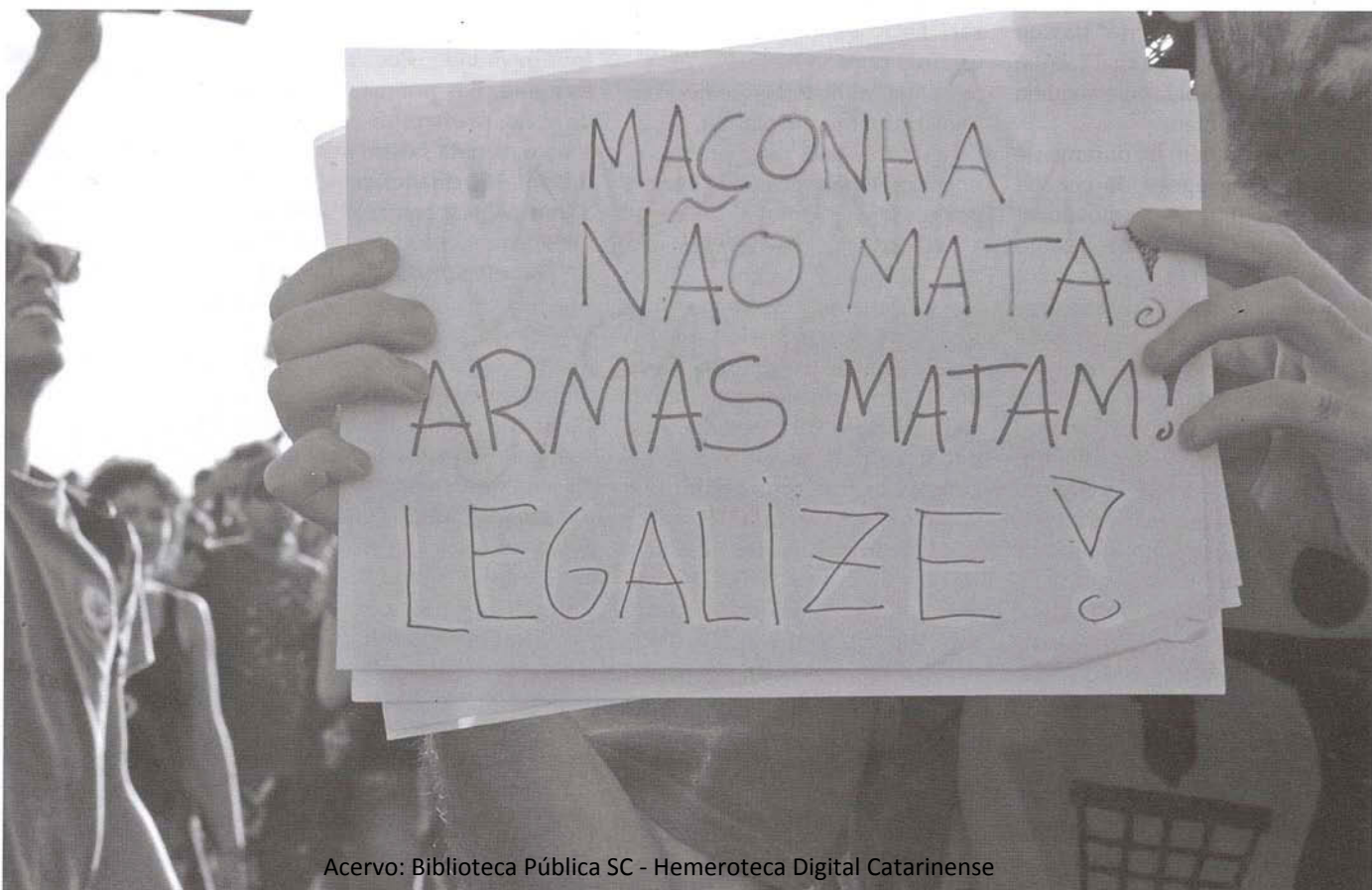
da e com certeza oferecia muito mais perigo do que a marcha dos "maconheiros".

A marcha seguiu firme entre olhares de desaprovação, sorrisos, aplausos e louvor. Percorreu uma boa parte da Beira-mar e, de vez em quando, era observada por um helicóptero da PM, que somente animava a manifestação pacífica. Quando os manifestantes avistavam a aeronave, erguiam os braços e gritavam sem parar: "Maconha! Maconha! Maconha!". Depois de alguns quilômetros de marcha, já no começo da noite, os manifestantes se reuniram no Bar "Koxixos" e algumas bandas celebraram o final da tarde de luta. "Legalize já! Legalize já! Por que uma erva natural não pode te prejudicar".

Foi uma tarde histórica. O ob-

jetivo da marcha, "Legalização!", talvez tenha avançado alguns passos importantes naquele dia. O diálogo, pelo menos, foi permitido. O debate sobre a legalização ganha bastante força em países vizinhos como o Argentina e o Uruguai, onde o tema entrou na disputa das eleições presidenciais. Manifestantes e organizadores da marcha esperam que no Brasil aconteça, e rápido, a descriminalização da maconha. Acabar com a marginalidade e o tráfico que se envolveram com a história desta planta é um dos objetivos.

Agora, a marcha segue, é presente em todos os dias na vida dos que não quiseram se render às leis dos homens e lutam para que essa planta seja simplesmente livre. E, é claro, os homens também.





as delícias de **Su&Li**

Delícias feitas no fogão a lenha da casa da minha mãe

Inverno. Frio de rachar. Fogo no fogão a lenha. Minha avó tirava as rodelas do meio da chapa do fogão com um ganchinho de ferro e as labaredas vermelhas e quentes subiam bem doidas. Era uma explosão de faíscas que logo se desmanchavam. Encaixava então uma waffleira. Um aparelho meio rudimentar, eu diria. Feito de ferro, aquele preto como as panelas de ferro antigas. O lado de fora era liso, com uma alça para engatar na haste que também servia para abrir a portinhola do fogão, mas o de dentro era uma chapa todinha quadriculada, com divisões que formavam corações.

A cozinha recendia a um cheiro de maçã com canela. Era o recheio das waffles que a mãe estava cozinhando. Geralmente era aos domingos que ela e minha avó faziam waffles. Preparavam a mesa da cozinha para um café da tarde com muitos quitutes. Mas era pelos waffles que eu "babava".

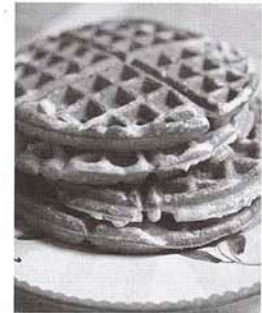
Minha avó preparava a massa que me parecia uma coisa muito fácil de fazer. Misturava ovos, farinha e leite. Colocava uma pitadinha de fermento para deixar a massa bem fofinha. Nós ficávamos acompanhando atentos aquilo que elas faziam.

Ela gostava muito de música clássica. Mandou até colocar duas caixinhas de som em cantos da parede da cozinha, para que pudéssemos todos compartilhar daqueles momentos musicais. Eram momentos gastronômico-musicais.

Quando a waffleira estava bem quente, ela besuntava a parte quadriculada com um pouco de manteiga e derramava aquela massa líquida sobre a chapa fervendo. Em seguida fechava e dava um toquezinho com a ponta da haste para que o aparelho virasse e a massa assasse de forma homogênea. Mais uma viradinha, uns minutinhos e pronto. Os waffles se desgrudavam da chapa e eram colocados sobre uma tija, recheados com aquelas maçãs cozidas e polvilhados com um pouco de açúcar de confeiteiro e canela. Era

a maior festa. Mesa posta, waffles recheados, café fresquinho e cheiroso, família reunida. Lembranças com cheiro de inverno.

Para quem quiser compartilhar destes momentos e fazer waffles também - na falta da velha waffleira (e mesmo do fogão a lenha), valem as máquinas modernas, agora elétricas -, vai aí a receita.



Waffles

- 3 xícaras de farinha de trigo
- 2 colheres de chá de fermento em pó
- 4 colheres de manteiga
- 1 colher de chá de sal
- 2 copos de leite
- 4 ovos

Misturar tudo na batedeira ou no liquidificador.

Despejar uma conchada de massa na waffleira e assar dos dois lados.

* Esta coluna é uma participação especial da amiga Mônica Funfgelt



Decisões sobre saneamento na

Um pequeno paraíso localizado no Norte da Ilha de Florianópolis, com vegetação abundante e paisagens de encher os olhos. Uma localidade onde a prática da pesca artesanal ainda é cultuada pelos moradores. Um lugarejo de pessoas que ali nasceram, construíram suas casas, formaram família. Um lugar onde a vida boa e digna brota dos morros, das nascentes, dos rios e cachoeiras. O silêncio toca a alma de quem ali passa. Assim é a Barra do Sambaqui. Uma comunidade que tenta resistir aos efeitos do crescimento desordenado e da especulação imobiliária que são visíveis aos olhos dos que vivem ali.

“Não tínhamos luz. A luz só chegou aqui, no final da Barra do Sambaqui, em 1984. Lembro que a tainha era escalada e depois colocada na farinha para guardar. O ônibus chegou aqui a quatro, cinco anos atrás”, recorda Manoel Hercílio Marciano, 47 anos, morador que nasceu e se criou na Barra do Sambaqui.

“Quando eu era menino, tomávamos banho e lavávamos as roupas nas cachoeiras. A água era pura e abundante. Plantávamos tudo

o que precisávamos, principalmente banana, mandioca e café. Pescávamos muitos peixes e camarões no rio. Só comprávamos na venda querosene, fumo e carne seca”, lembra, saudoso, Célio Hercílio Marciano, 59 anos, que também nasceu na Barra do Sambaqui.

O rio a que Célio se refere é o Rio Veríssimo, que passa pela comunidade e também abastece a Estação Ecológica de Carijós, próxima dali. Essa Estação protege manguezais, considerados berços de vida marinha. Era a 22 metros de distância do Rio Veríssimo que a Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) queria construir uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). E o teria feito, não fossem a luta e a resistência da comunidade, que se organizou e barrou o projeto do governo.

Os irmãos Célio e Manoel se adaptaram ao crescimento inevitável em tempos capitalistas, mas não se esqueceram das suas raízes e nem da infância simples e feliz na comunidade, o que dá a eles muitos motivos para defenderem a sua terra, o seu lar. Hoje eles estão à frente da luta no Conselho Comunitário da

Barra do Sambaqui, que, junto com o movimento “Esgoto no Mangue Não” e os moradores locais, se organiza para preservar o local que escolheram para viver.

Em 2004, a Prefeitura começou a sondar a área. Em 2008, vieram os primeiros rumores de que a Casan queria construir a ETE num terreno naquele lugar. Tudo estava sendo planejado pelo poder público. A comunidade de nada sabia. Não tinha sido ouvida. Uma moradora procurou alguns vizinhos, e juntos começaram a buscar informações sobre os supostos projetos para a Barra do Sambaqui. Foi assim que surgiu o movimento “Esgoto no Mangue Não”.

O tratamento do esgoto na Barra do Sambaqui é feito somente nas residências com fossa séptica, o que acaba contaminando os lençóis freáticos. O Conselho Comunitário, o movimento “Esgoto no Mangue Não” e os moradores do bairro afirmam que não são contrários ao tratamento de esgoto, mas alertam que o projeto do governo não contempla as necessidades da comunidade. “O esgoto da comunidade não seria coletado. Receberíamos os esgotos de outros

bairros. Além disso, a estação seria construída em área de mangue, e o esgoto jogado na desembocadura do Rio Veríssimo e da Baía da Daniela, locais que, mesmo em épocas de maré alta, não chegam a mais de três, quatro metros de profundidade, ao contrário do alto-mar, que pode chegar a 400 metros de profundidade”, explica Célio.

Além disso, na opinião dos moradores, fazer uma estação de tratamento não é suficiente. “A água tratada é no máximo 98% pura, e não dá para retirar da água alguns produtos, como metais pesados e até mesmo os hormônios tomados pelas mulheres. A água não fica 100% pura para ser despejada no rio”, afirma Bernardus Hendricus Kraijnbrink, 65 anos, do movimento “Esgoto no Mangue Não”. “O sistema democrático no Brasil funciona bem. Mas aqui a Prefeitura não discutiu com a comunidade o projeto”, acrescenta ele, que é holandês e vive no Brasil há três anos. O morador alerta ainda para a falta de fiscalização do uso do dinheiro do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), de onde viria o dinheiro para a construção da ETE. “A



Ilha ignoram comunidades

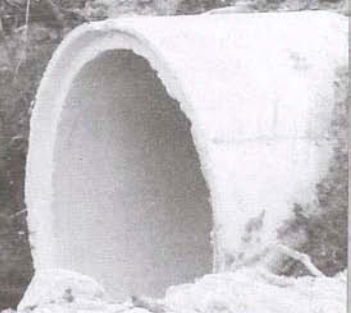
Fotos: Marcela Cornelli



Acima, Ataíde.
No meio, Ione
(E) e Vera (D).
Abaixo, da
esquerda para
direita: Cêlio,
Luiz Adriane,
Bernardus
e Manoel



Estrada construída pela Casan que leva
à ETE do Rio Tavares corta região de mangue





Local onde será construída a ETE do Rio Tavares

Casan também não tinha licença ambiental para construir a estação de esgoto", completa.

Os moradores contam que nem mesmo os donos do terreno sabiam a finalidade para qual a Casan queria desapropriá-lo. A comunidade pretendia transformar o terreno em uma área de lazer para as crianças. "Temos muitas necessidades aqui. Mas a Prefeitura, em vez de escutar a comunidade, quer empurrar goela abaixo um projeto que em nada beneficia os moradores", diz Luiz Carlos Pereira, 55 anos, presidente da Associação Atlética Santa Cruz, da Barra do Sambaqui.

"Não somos contra a realização de saneamento básico, é bom que isto fique bem claro. Mas defendemos um projeto

completo de captação e tratamento do esgoto para toda a Ilha. Também não queremos que haja desperdício de verba pública. É necessário um projeto de acordo com a realidade e necessidade de cada comunidade. Dar como única alternativa um projeto pronto, feito sem discussão, não resolve o problema", diz Adriane Ferreira, também participante do movimento "Esgoto no Mangue Não". "Além disso, sem discutir um projeto para toda Florianópolis, a Prefeitura coloca uma comunidade contra a outra, dividindo a luta, que deveria ser conjunta".

Pouca
discussão,
muitas
dúvidas

Adriane refere-se à discussão que está prevendo a construção de novas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e de emissários submarinos, nome da tubulação que levaria o esgoto ao mar. Mas falta diálogo com as comunidades. Um dos emissários seria construído na praia do Campeche, no Sul da Ilha – praia que está sofrendo com a construção de grandes empreendimentos imobiliários, condomínios fechados voltados para quem pode pagar o alto preço do mercado.

"Cresci e me criei aqui no Campeche. Aprendi a respeitar a natureza. Não podemos concordar com a colocação de um emissário submarino aqui, sem

sabermos os impactos ambientais que ele trará", diz, preocupado, Ataíde Silva, presidente da Associação dos Moradores do Campeche (Amocam).

"Hoje 32 mil pessoas vivem na Planície do Campeche, que corresponde aos bairros do Campeche, Morro das Pedras e Rio Tavares, e não há tratamento de esgoto na região. Apenas as residências possuem fossas sépticas. O que a Prefeitura e a Casan querem com a construção de um emissário submarino no Campeche é receber o dinheiro do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento, do governo federal). Não estão preocupadas em resolver de fato o problema de saneamento básico. Afinal, o projeto não teve a participação da população, que

poderia ter contribuído com sugestões", reclama Ataíde. O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) prevê uma população de cerca de 400 mil habitantes para a Planície do Campeche, e o projeto de construção de ETEs na região atenderia 31.400 habitantes.

Um dos problemas apontados pela comunidade é que não há como ter certeza de que o esgoto jogado no mar não seria in natura (sem tratamento). A comunidade teme que os sistemas de ETEs planejados revelem-se vulneráveis. "As chuvas fortes podem prejudicar o tratamento das águas antes delas serem jogadas ao mar", alerta Ataíde.

Os movimentos que lutam por um projeto completo de saneamento

básico e ambiental para toda a Ilha chamam as estações de tratamento de "elefantes brancos", pois elas não funcionam corretamente e acabam poluindo as Baías Norte e Sul, onde os esgotos são despejados. "Não se sabe a qualidade dos materiais e equipamentos que serão usados na construção dos emissários. Até agora a Prefeitura ainda não apresentou formalmente o projeto à comunidade. Qual empresa vai fazer o serviço?", questiona.

Ataide defende também que a água tratada deveria ser reaproveitada em residências para as descargas de banheiros, em postos de gasolina, áreas agrícolas e até mesmo nos chafarizes de praças. "Temos um problema sério de falta de água potável na Ilha. Então, se a água fosse mesmo recuperada, por que não reaproveitá-la?

A Casan gastou 28 milhões para fazer a rede coletora no Campeche. Por que então, junto à rede coletora, não construiu uma rede que devesse a água tratada para reaproveitamento? Esta água poderia ser vendida mais barata e reaproveitada nas residências."

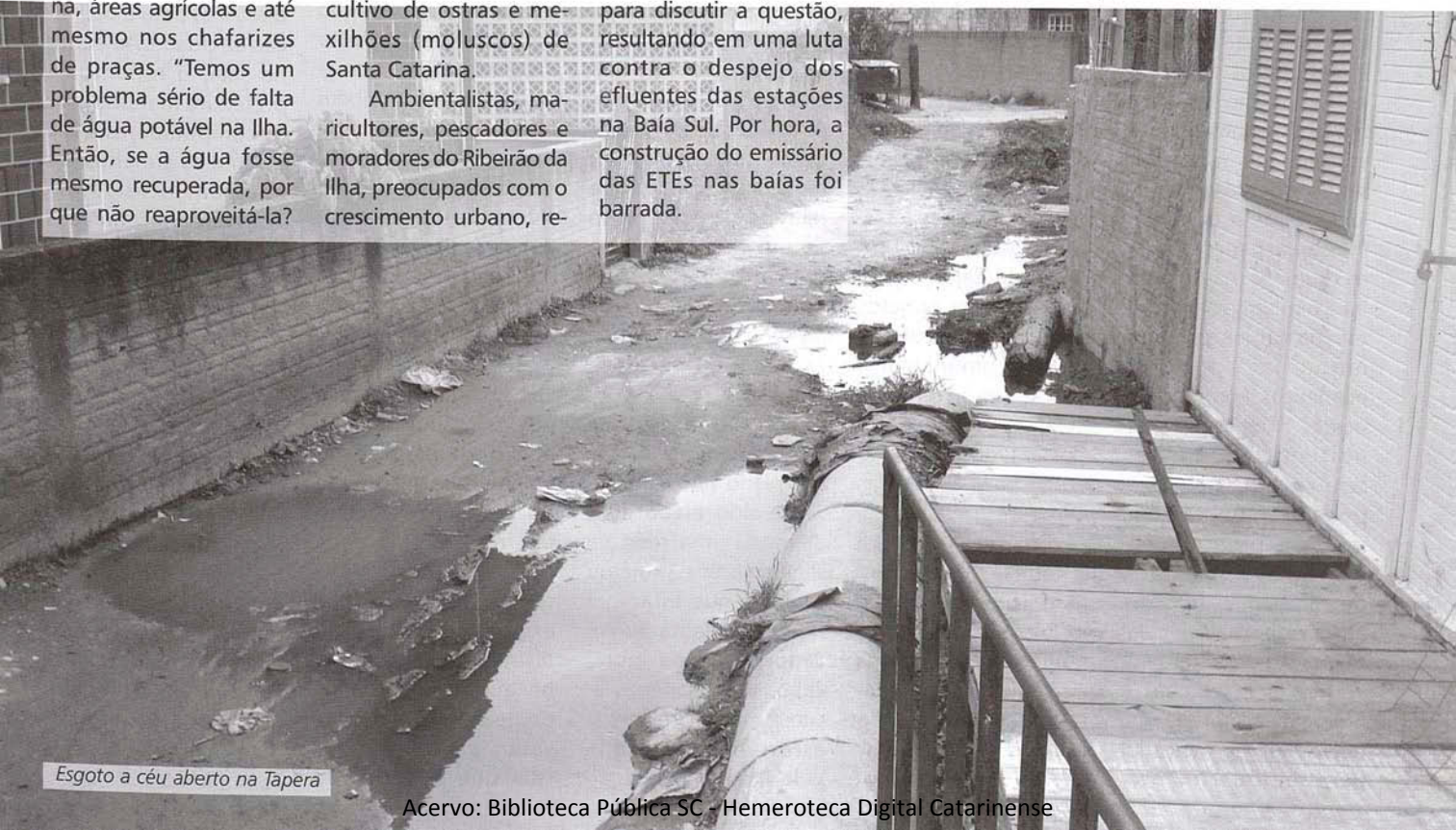
O Campeche virou a bola da vez depois do projeto de construção de uma estação de tratamento na região do Pedregal, também localizada no sul da Ilha, com emissários voltados para a Baía Sul, o que atingiria as águas que banham um dos mais importantes pontos de cultivo de ostras e mexilhões (moluscos) de Santa Catarina.

Ambientalistas, maricultores, pescadores e moradores do Ribeirão da Ilha, preocupados com o crescimento urbano, re-

alizaram em 2005 um seminário para discutir a qualidade da água da Baía Sul. A Casan apresentou uma proposta na qual os efluentes das ETEs da Tapera e do Rio Tavares seriam lançados nas baías e sobre as áreas de cultivo de moluscos. A partir daí, as preocupações com as consequências de tais projetos levaram à criação de um movimento em busca de saneamento ambientalmente mais adequado e socialmente mais justo, para atender as populações mais atingidas pela falta deste serviço. Foram realizados, no Ribeirão da Ilha, um seminário e duas audiências públicas para discutir a questão, resultando em uma luta contra o despejo dos efluentes das estações na Baía Sul. Por hora, a construção do emissário das ETEs nas baías foi barrada.



Maricultura no Ribeirão da Ilha ameaçada pelo lançamento de esgoto na Baía Sul



Esgoto a céu aberto na Tapera

"As baías são um ambiente que têm baixa renovação de água, se comparadas ao mar aberto. A sua profundidade também é média e baixa, em média 5 metros. Além disso, as Baías Sul e Norte da Ilha são responsáveis por 90% da produção nacional de ostras e 60% da produção de mexilhões. O despejo de efluentes de ETEs, ricos em nutrientes, ali, mesmo que tratado, afetaria o ecossistema local, comprometendo a qualidade dos moluscos e a saúde dos consumidores", explica Ruy Ávila Wolff, agrônomo e maricultor.

Outra preocupação dos maricultores e ambientalistas é que as ostras são animais filtradores e geralmente consomidas in natura, sendo que a água poluída deixaria o animal impróprio para o consumo humano. As algas da baía também se alimentam de nutrientes como nitrogênio e fósforo, elementos abundantes nestes efluentes. Estes nutrientes permanecem na água tratada e podem aumentar em muito a proliferação das algas, aumentando também o tipo de algas responsáveis pela maré vermelha. A maré vermelha é uma proliferação acelerada de micro-algas provocada pelo enriquecimento

excessivo por nutrientes no ambiente aquático. Algumas espécies produzem toxinas prejudiciais à saúde humana.

O fato de não haver estudos dos impactos que o emissário submarino pode trazer aos ecossistemas e nem sobre as atividades de pesca, maricultura e lazer do local igualmente preocupa os maricultores e ambientalistas. Ruy, que também é membro do Conselho Municipal de Saneamento Básico, alerta ainda que a forma de apresentação dos projetos da Casan, isoladamente por bairros e sem definições claras do grau de tratamento dos esgotos, do local de lançamento dos efluentes e das áreas a serem inicialmente atendidas, dificulta o entendimento dos objetivos da empresa. Ruy destaca que já defendeu várias vezes, junto ao Conselho Municipal de Saneamento Básico, que os projetos sejam mais discutidos com as comunidades, mas diz que a Prefeitura está intransigente e tem apresentado um projeto fechado nas audiências públicas.

Diante da ameaça às famílias que vivem do cultivo de ostras no Ribeirão da Ilha, as mulheres maricultoras também se organizaram para barrar a instalação do emissário na Baía Sul. "Somos os maiores pro-

dutores de moluscos do Brasil. Aqui vivem muitas famílias de pescadores artesanais. A produção de ostras gera empregos e melhora a vida destas famílias. Quem irá comer ostras produzidas aqui se souber que o esgoto está sendo jogado na Baía, mesmo que tratado?", questiona Ione Ramos, 53, presidente da Associação das Mulheres Aquicultoras e Ambientalistas da Ilha (Amaquai).

Ione é moradora nativa do local e se lembra que, para chegar ao Ribeirão da Ilha, os moradores percorriam estrada de chão. "O desenvolvimento não é ruim, gera empregos, mas precisa acontecer respeitando o meio ambiente local", comenta. A região, como a Ilha em geral, se desenvolveu muito rápido e hoje se fala até na construção de um resort na praia de Naufragados, que está dentro da área de preservação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

"A Casan, licitada pela Prefeitura sem que um plano municipal tivesse sido elaborado, delineou uma rede de saneamento e projetou estações que estão em fase de implantação em vários locais do município, tendo apenas licenciamento prévio que está sendo analisado pela Fatma (Fundação

do Meio Ambiente de Santa Catarina) e pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), que já observam vários fatores que precisam ser revistos", relata Vera Lúcia Bridi, 47 anos, secretária da Amaquai. "É o caso do Ribeirão da Ilha e outros distritos da costa oeste da Ilha, cujos emissários têm seus efluentes direcionados para as Baías Norte e Sul, nas áreas próximas aos manguezais, berço da vida marinha, onde se encontram também as áreas extrativistas e de cultivo de moluscos, e também para o rio Tavares, que percorre a Unidade de Conservação da Reserva Extrativista do Pirajubaé", acrescenta ela, que também integra a Comissão de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos do Núcleo Gestor e Participativo do Plano Diretor da Cidade de Florianópolis e é representante do Núcleo Gestor Participativo do Ribeirão da Ilha. Os fatos apontados por Vera significam que qualquer possibilidade de contaminação pode trazer prejuízos ambientais irreparáveis.

Outro fato apontado pela moradora é que as redes estão distribuídas de forma a beneficiar condomínios e loteamentos já aprovados pelo município sem que as redes de

saneamento tenham sido implantadas. Também não foi contratada uma agência reguladora, que deveria fiscalizar os equipamentos e serviços prestados pela Casan.

Discussão fora do Plano Diretor

Vera e Ione levaram a equipe da *Pobres & Nojentas* até a sede do Núcleo Gestor do Ribeirão da Ilha, onde aconteciam as discussões sobre o Plano Diretor, a lei municipal que deveria estabelecer, de forma participativa, diretrizes para a ocupação da cidade. Ao entrar na sala, o espanto. A prefeitura mandou tirar os computadores e até mesmo os armários. Os equipamentos foram entregues sob ameaça de notificação extrajudicial. E isso ocorreu em outros distritos da cidade. Muitos núcleos se negaram a entregar as chaves e continuam se reunindo, a exemplo do Núcleo Gestor Participativo do Ribeirão da Ilha. Os Núcleos Gestores Distritais são fundamentais para discutir, entre outros temas, o plano de saneamento ambiental para a cidade, mas a prefeitura preferiu ignorar o debate acumulado pelas comunidades.

Meu lado mulher e o seu marido (2)

Por Raul Fitipaldi,
de Florianópolis

A gesta do hipocondríaco

Últimos momentos da crônica anterior:
“(... Caminhei rápido até a Bocaiúva, quase jogando a verdura orgânica e o coração tremendo. Meu lado mulher se sentia feliz pela compra, meu lado homem não; meu lado mulher pagou e meu lado homem tomou café sesgando aquela guria no caixa. Já imaginava eu, meu lado homem tem algo de machista e meu lado mulher é lésbico. Porém...)

... além dessa característica que os torna siameses, não só pelo uso do mesmo corpo, senão porque se complementam nos assuntos mais desagradáveis, encaixam perfeitamente. Falo do lado valente do meu lado mulher auto-controlado e o medo crônico que meu lado marido não consegue superar desde o primeiro matrimônio, ou, talvez, desde a infância. Será que seu Édipo foi se transladando de matrimônio em matrimônio? Pode ser.

Mas o que interessa é a extraordinária imaginação que esse cara tem para acumular doenças de todo tipo, simples, importantes, reais e imaginárias. Deve se afirmar que se meu lado mulher se dá muito bem no shopping de roupas, sabe como se manejar numa praça de alimentação, sabe usar os cartões de crédito e débito, meu outro eu, o marido, é, com perdão da palavra, um cagão! Ele adora shoppings de hipocondríaco, prédios que crescem de forma assustadora em Florianópolis, sobretudo em volta dos morros e perto dos supermercados. Lá tem todas as especialidades, recepcionistas bonitas, ar condicionado, tevês de tela plana, sala de espera com internet, uma maravilha para ele. De hospital também gosta, mas, como é público, tem algumas reticências

(é comunista em tudo, menos em matéria de saúde). Não solta do corpo o cartão magnético da corporação médica que o explora, UNIMERD – esse o nome, né? Sem contar que pode esquecer, saindo às pressas, de colocar uma meia, até a cueca se for muito rápido, mas, dos remédios, jamais. Muitos remédios, alguns que apodrecem depois de anos de entrar e sair da casa.

No entanto, minha parte mais feminina tem observado que desde sua última separação, quando lhe tocou o papel passivo, seu lado marido tem melhorado o desempenho no MEDO DE TODA E QUALQUER DOENÇA REPENTINA. Será sua inesperada condição celibatária? Não é possível. Pareceria, visto de dentro, que não tendo chance de chorar no ombro de companheira alguma que o suporte em casa, decidiu assumir a solteirona solidão deixando crescer o lado mulher, mais sofrido, mais sacrificado, mais paciente. Ora, como em toda sociedade machista corresponde que seja!

Sua parte machista, e a correspondente parte lésbica do lado mulher, raivam de morrer quando chega a hora do espirro, da tosse, de engolir errado um suco de manga, deixando trancar um pedacinho de gelo no cangote, um tropeço numa lajota frouxa e pimba, ou qualquer outro sugestivo fato que lhes arrebeste a coordenação motora

e intelectual. No entanto, siameses que são, melhoraram perante os olhos do lado feminino. Há menos queixas, a maioria em silêncio conventual, ou em conversas monológicas dentro do banheiro. Também com a cabeça sob do travesseiro. Mas, muito menos ao vivo e em direto como fazia até seis meses atrás, quando era um marido sozinho, sem um lado mulher que desenvolver até a crua urgência dos acontecimentos. Ergueu-se nesse hipocondríaco sedutor e insuportável, falador histérico e sorridente (para ocultar o medo atroz que o atormenta de ter dor de ouvidos, de dentes ou uma mísera conjuntivite) uma rocha, um muro de contenção às dores, uma barragem irrompível perante a menor tentativa do corpo de lhe pegar distraído.

Assumindo atitudes épicas, heróicas, dignas de encher de orgulho o meu lado mulher, meu lado marido mudou as queixas por cantos folclóricos, assobios prenhes de tangos e rápidos chorinhos, gestos marciais, cabeça olhando avante, coluna reta (como dói, ufa!), olhos bem abertos, boca fechada, mãos prontas à busca de qualquer objeto que as distinga, e um comportamento gestual de ator dos anos quarenta. Fica ridículo, mas não mais feio do que já é. O importante é que meu lado mulher vai vencendo e lhe demonstrando, sem muita prosa, que ele pode se cuidar sozinho, até porque não lhe resta outra. Lá vai ele, caminhando firme pelo jardim e olhando pra cima, o vôo sereno dos pássaros no céu da Ilha. Olha, olha, e de repente se limpa a camiseta, e entra voando ao banheiro para se lavar. Algo caiu do céu.

- Santo, acho que virou paranóico, embora, graças ao meu lado mulher vitorioso, pode dizer, no ápice de sua gesta: MEU EU HIPOCONDRIACO MORREU. E essa sombra aí, é o quê?



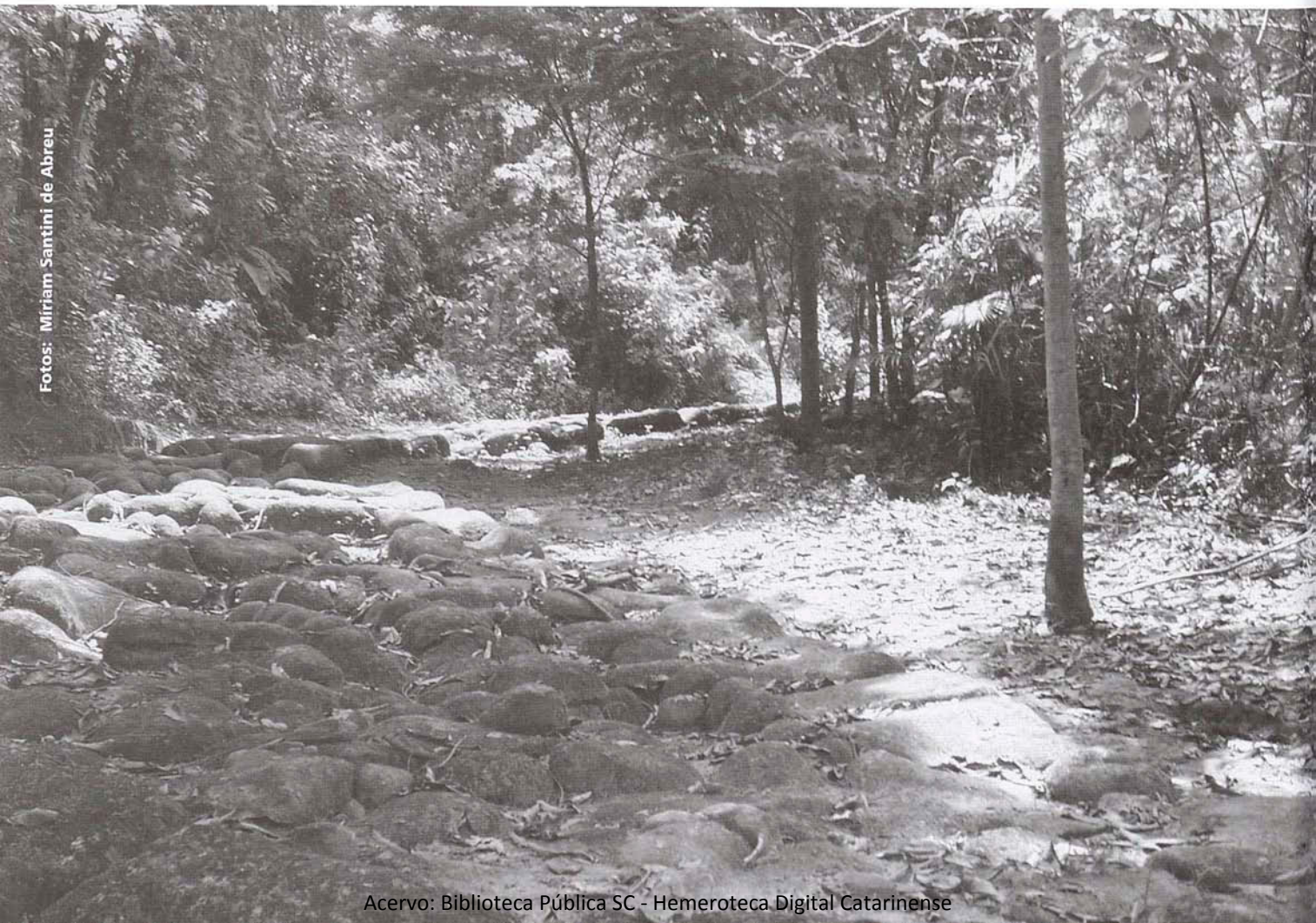
Ilustração
Camila Bion de Assis

Caminhos que o sertão esconde

Por Miriam Santini de Abreu,
de Paraty, RJ

Registros indicam que, em 1822, passaram pelo Caminho 160.914 "cabeças de homens e de animais"

Fotos: Miriam Santini de Abreu



Um caminho de pedra pode revelar a canseira dos homens, dos bichos e das matas. Uma canseira que virou história.

Caminho de ida

Ele apareceu depois de uma curva gritando que fora mordido por um filhote de onça. Era um sujeito incomum, aquele Américo Leles Pereira, nascido há 60 anos no vizinho estado do Espírito Santo. Vinha com a roupa surrada e manchada, na cabeça um chapeuzinho de pano xadrez. Deu uns poucos detalhes a mais e continuou a descer a trilha em direção oposta à nossa. O guia, Oscar Mendes, da Associação de Guias de Turismo de Paraty, comentou:

- O Américo é o guardião dessas matas. Ele consegue encontrar objetos enterrados deixados para trás por quem andou aqui.

Êpa! Então no Caminho do Ouro, em Paraty, no sul do Rio de Janeiro, vive um homem que pratica a rabadomania. É a antiga arte de detectar objetos à distância. Para isso se usam varas bifurcadas de aveleira, salgueiro e até cabides e pêndulos. Foi ao bater com uma vara nas rochas de Meribá que Moisés encontrou água para os hebreus. Américo, não. Ele usa a sua enxada. Com ela vai cutucando a terra e diz que percebe quando um trecho esconde algo sólido.



Américo, cuidador do Caminho e perito em encontrar objetos deixados pelos tropeiros

Caminho de volta

Como acreditar? Pois ao retornar pela antiga passagem aberta pelos índios goianás, novamente encontramos Américo. Ele socava a terra com a enxada. Uns minutos depois, revelou:

- Aqui!

Escavou com cuidado e extraiu um caco de cerâmica branca com borda azul. Vários como aquele, encontrados ao longo dos anos, são o legado de um período histórico em que o Brasil nutriu a Coroa Portuguesa com toneladas de ouro e outras mercadorias. Parte delas passou pelo Caminho do Ouro, cenário desta história.

Caminho da Serra

A Serra do Mar é a escarpa que os indígenas precisavam galgar para vencer o gigantesco degrau de rocha entre o litoral brasileiro e o planalto. As famílias e parentes subiam e desciam a Serra para caçar e passar temporadas nas praias de areias consideradas medicinais. Com o início da colonização pelos portugueses, a trilha que os goianás usavam era o melhor caminho para chegar a São Paulo. Em 1660, a trilha virou estrada por ordem de Salvador Correia de Sá e Benevides. Por ali passaram ouro no século 18 e café no século 19. Com a construção da estrada de ferro D. Pedro II, a estrada foi abandonada e esquecida, até

ser redescoberta no final do século 20 para transporte de uma moderna mercadoria, o turismo.

Batizada hoje de Caminho do Ouro, a trilha começa em Paraty, que era o entreposto comercial para os embarques rumo à Europa. A entrada é no bairro Penha, no quilômetro oito da estrada Paraty-Cunha. Ali fica o Marco Zero da Estrada Real, nome genérico dos caminhos trilhados pelos colonizadores quando foi descoberto ouro nas Minas Gerais. O Caminho do Ouro – ou Caminho Velho – ligava Paraty a Ouro Preto. Existe também o Caminho Novo, entre a cidade do Rio de Janeiro e Ouro Preto.

Foi em 1998, conta o guia Oscar Mendes, que Paraty redescobriu a antiga trilha, Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital

aberta para visitação em 2003. É permitido percorrer 2,5 quilômetros. A estrada, diz Oscar, fora engolida pela mata. "Além disso, muitas pedras do Caminho acabaram usadas como fundação de casas". Hoje o local é parte do acervo histórico e cultural da cidade, e as visitas são acompanhadas por guias treinados.

As pedras foram colocadas no Caminho para suportar o imenso tráfego de cargas. Umhas tiradas dos rios, outras cortadas das rochas – trabalho de índios e escravos negros – elas se enfileiram num rastro verde de musgo. Os construtores fizeram até degraus para evitar a erosão. Há um trecho no qual pedras amontoadas sinalizam o local onde alguém provavelmente perdeu a vida. Era

perigoso andar sozinho naquelas florestas, especialmente no frio da noite.

No livro "A história do caminho do ouro em Paraty", Marcos Caetano Ribas relata que as tropas foram, durante séculos, o principal meio de transporte terrestre de mercadorias no Brasil. O tropeiro carregava as mulas e seguia pelos caminhos. Mais que um mercador, era também o portador de novidades do resto do país e do mundo. As tropas, diz o autor, eram divididas em lotes – pequenas porções de cargueiros – conduzidos por um "camarada", também chamado de tocador ou tangedor.

Cada animal podia carregar de 90 a 180 quilos. Como as tropas tinham de 200 a 300 animais, uma tropa de cargueiros em média era capaz de transportar até 24 toneladas de carga. À frente da tropa de burros e mulas ia a "madrinha", animal mais velho e conhecedor da trilha. A "madrinha" era enfeitada com prata, plumas, espelhos e laços, dependendo da quantidade de lotes da tropa. Os enfeites, diz Ribas, tinham um significado importante na hierarquia das tropas. Um cargueiro de burros e mulas andava de 18 a 24 quilômetros por dia.

Assim foi ao longo de dois séculos. Em 1799, com a queda do tráfico de ouro, Paraty passa a produzir aguardente. O Caminho começa a ser usado para tráfico de escravos e, mais tarde, para escoar a produção de café do Vale do Paraíba e levar aos barões do café as mercadorias luxuosas da moda europeia. Registros indicam que, em 1822, passaram pelo Caminho 160.914 "cabeças de homens e de animais". Segundo Ribas em seu livro, "entre 1837 e 1838, o Registro do Tabuão, na base da serra da estrada Paraty-Cunha, acusa uma média de 30 mulas por dia e, entre 1854 e 1855, já subia para 150 mulas por dia transportando 179.463 arrobas de café (mais ou menos duas toneladas e meia)".

As tropas viajavam muitos dias para ir de um lugar habitado a outro. O pernoite era feito em acampamentos ou barracões cobertos e sem paredes, os ranchos. Nas

oficinas improvisadas os homens das tropas consertavam instrumentos como selas e ferraduras. Muitos cacos de porcelana, cachimbos, moedas e ferraduras foram encontrados no "Campinho", que era o último acampamento das tropas antes da chegada a Paraty, distante cerca de seis quilômetros Serra abaixo.

Ao final da caminhada na trilha, quando chegamos ao Campinho, naquela tarde quente de fevereiro passado, dois homens a cavalo desciam uma ondulação suave, tendo à frente os rochedos da serra. Gesto antigo, aquele. O tempo histórico é outro, mas ainda estremece na gente a dor, a beleza, dos homens de outras épocas que construíram aquele Caminho e por ele passaram.

Além dos caminhos havia também os descaminhos. Em seu livro, Ribas explica que acontecia um descaminho quando eram sonegados os impostos de uma mercadoria legal e de livre circulação, caso do ouro. Em 1701, representação feita pelo Conselho Ultramarino ao rei de Portugal aconselhava restringir os caminhos que levavam às minas: "Quanto mais forem os caminhos mais descaminhos haverá".

Caminho da natureza

O Caminho do Ouro está dentro de uma Unidade de Conservação da natureza, o Parque Nacional da Serra da Bocaina, criado em 1971 com área de 134 mil hectares. Um ano depois, a área protegida baixou para 104 mil hectares, dos quais 60% ficam no estado do Rio de Janeiro e 40% em São Paulo. A Mata Atlântica, floresta protegida no Parque, está reduzida a 7,9% de sua área original no país, segundo o "Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica para o período de 2005 a 2008". O estudo foi realizado pela Fundação SOS Mata Atlân-



Marco Zero indica entrada da trilha do ouro

tica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Espaço geográfico usado há séculos para os mais diversos fins, a área que virou parque ajuda a contar a história da devastação da Mata Atlântica. Essa floresta desde o início apavorou os colonizadores portugueses. Vasta, úmida, com árvores gigantescas, em nada parecia com as florestas europeias.

Na obra "A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira", Warren Dean cita um trecho do livro de Camilo Loureiro Bento no qual as florestas brasileiras são comparadas às europeias. As de cá, escreveu Bento, "a superabundância de supérfluos"; as de lá, "verdadeiro jardim do refrigerio":

"... uma orgia de formas, uma fartura impensável de plantas trepadeiras, uma trágica desordem de troncos, galhos, tapete de folhagem e parasitas, um combate mortal entre árvores e espécies, uma propensão irresistível rumo ao ar e à luz...

Nas florestas sul-americanas, o homem se encontra aprisionado no labirinto da louca vegetação”.

E foi assim que, durante 500 anos, os homens fizeram um combate mortal para arrasar essa floresta. Não foi diferente na região onde hoje está o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Já no final do século 18 havia cerca de 150 alambiques de cana-de-açúcar.

Entre o final do século 19 e meados do século 20, o processo de acumulação capitalista se dirigiu para outras regiões. Mas em 1973, em plena ditadura militar, o governo inaugurou a primeira etapa da rodovia Rio-Santos. Apenas um ano antes, em 1972, o ex-presidente José Sarney havia declarado o seguinte na primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, na Suécia:

“Que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela”.

A rodovia, na esteira do desenvolvimento a qualquer custo proclamado pelo “Milagre Econômico” dos militares, rasgou o litoral de São Paulo ao Rio de Janeiro. Na vila de Trindade, em Paraty, aconteceu um dos episódios mais emblemáticos desse período. Por causa da especulação imobiliária, cerca de 80 famílias foram ameaçadas meses a fio por jagunços a mando dos poderosos de uma empresa de “desenvolvimento turístico”. Naqueles dias, os jagunços queimaram casas e roças e mataram cavalos e todos os cachorros da vila. Eram uns 45 homens armados para tomar as terras dos trindadeiros, que viviam da pesca.

O jornalista Marcos Faerman esteve lá nos anos 1970 e escreveu a reportagem “Histórias de uma aldeia visitada pelo medo”, publicada no *Jornal da Tarde*. Ele conta que a tal empresa planejava construir em Trindade um conjunto residencial para gente de alto poder aquisitivo. O slogan do audiovisual apresentado pela empresa em Bruxelas era assim: “todo homem sonha com uma ilha; nós temos uma ilha para lhe oferecer”. Depois de

anos de luta, foi feito um acordo que boa parte das famílias, pressionada, aceitou.

Em Trindade está hoje um dos mais requintados condomínios fechados do mundo, o Laranjeiras. Em 1997, sabia-se que as famílias Ermínio de Moraes, Maluf, Setúbal e Camargo, da empreiteira Camargo Corrêa, tinham casa ali. Os ilustres moradores chegam de jatinho e helicóptero. Uma diária na alta temporada, de dezembro a julho, é de R\$ 1.500,00. Para conforto dos hóspedes e moradores, o condomínio possui três praias exclusivas.

Quase 40 anos depois da luta dos trindadeiros para manter suas terras, que teve repercussão mundial, estive em Trindade. Ainda mora lá a família de Sercondina Oliveira, a Condica, 90 anos, cuja família foi uma das únicas a não assinar o tal acordo e até hoje espera a decisão da Justiça. Durante dois anos e sete meses, os Oliveira foram obrigados a viver com jagunços dentro da própria casa. As ameaças eram diárias. “Toda noite, quando ia dormir, eu lia o Salmo 91”, conta a mulher. Condica foi chamada de Mãe Coragem em reportagens na

Impressões de viajante

“Daqui a Paraty gastei dois dias; [...] o segundo me levou toda a serra do Paraty, que na opinião comum é a pior que se conhece. A estrada em partes é tão apertada, aberta em rochas, que era necessário levantar os pés até os pês na garupa do cavalo; e nem com tudo isso escapei de dar muitas boas topadas; tanto a pique, que em oito dias me ficaram doendo as cadeiras de me endireitar; o chão estava calçado ou alastrado de pedras soltas e desiguais, com muitos saltos e barrocas; e onde isto faltava era atoleiro grande e caldeirões muito fundos”.

Trecho da descrição da jornada de D. Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja, que, antes de seguir para Cuiabá para tomar posse do seu governo, em 1751, foi de São Paulo a Paraty conferenciando com Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela e governador do Rio de Janeiro. Extraído do livro “A história do caminho do ouro em Paraty”, de Marcos Caetano Ribas.



O guia Oscar e Américo: objetos como cacos de cerâmica integram exposição em museu
Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

televisão, que ela viu em um aparelho a pilha, novidade na Trindade da época. O Salmo ao qual ela se refere começa assim: "Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará. Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei".

Caminho de futuro?

Paraty tem uma história tão espessa que segura a gente lá, mansa e ardentemente presa àqueles sertões. A Serra-Muralha foi um desafio para os homens que levaram embora o nosso ouro. Foi um fardo para os que rasgaram a rocha e a mata para possibilitar o saque. E agora, num tempo em que a natureza virou mercadoria em cada canto do planeta, o que virá?

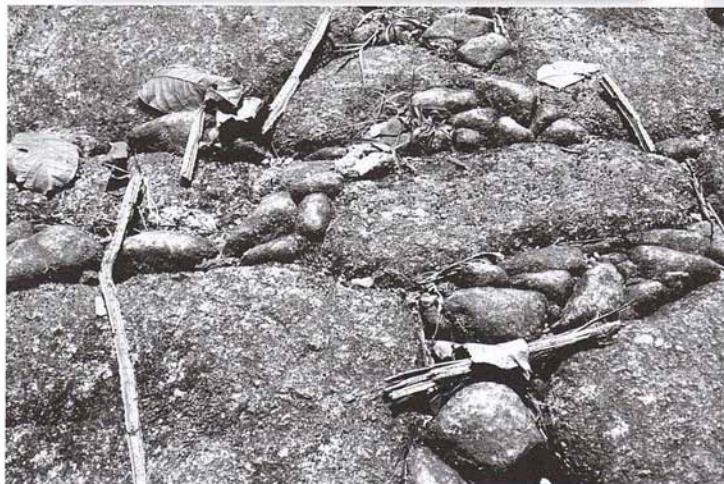
No meio da trilha de pedras no Caminho do Ouro há um tronco caído, um jequitibá, tão apodrecido que se esfrela ao toque. Mas sobre ele cresceram flores.



Condica enfrentou jagunços dentro da própria casa

Para saber mais

Veja entrevista com Américo Leles Pereira e mais fotos do Caminho do Ouro no endereço da *P&N* no YouTube:
<http://br.youtube.com/PobresyNojentas>



Muitas pedras foram usadas na fundação de moradias

Espírito de viandante nas cidades-produto

Miriam Santini de Abreu

Ouvi muito em Paraty observações sobre o tipo de turista que a cidade deseja. Nada diferente do que se ouve em Florianópolis, que, na ótica do governador Luiz Henrique da Silveira, só deveria ser destino de quem têm muito dinheiro para gastar. Também em Paraty o "trade turístico" quer atrair europeus, asiáticos e norte-americanos. A justificativa é que a cidade histórica, que foi descoberta para o turismo nos anos 1970, recebeu gente demais, o que afetou a infra-estrutura e a manutenção do patrimônio histórico. Então, a idéia agora é "selecionar" o turista.

Isso faz emergir uma série de questões, porque dá somente a quem tem muito dinheiro a possibilidade de desejar ver, estar, sentir, caminhar "al di là", o que está depois dos lugares visíveis, o que está além do além.

O fato é que esse desejo, que é da raça, é do humano, quando apropriado pelos tentáculos do sistema capitalista, vira, como tudo o mais, mercadoria.

Por isso hoje se diferencia o turista – que quer conhecer todos os países da Europa em 10 dias - do viajante, que mergulha no lugar outro onde está. Mas pesquisei e descobri que mesmo essa diferenciação já foi apropriada pelo mercado. Agora se oferece o chamado turismo alternativo, buscando capturar pessoas que desejam viajar, mas não querem fazê-lo na perspectiva do turista comum.

O fato é que dá um estranhamento quando calha de a gente poder ir além do além, especialmente para lugares que viraram produto. Talvez a palavra que melhor possa definir esse desejo de também ir além do que se espera do turista e do viajante seja a que designa o viandante, diz a jornalista Elaine Tavares. Seguir a pé pelos caminhos, sabedor de que viajar e viver não são gestos precisos. Ou então a gente pode ser apenas andarilho. Mas, para isso, haveríamos de partir apenas com um embornal e um cajado, sem reservas em hotéis nem passagens garantidas, e, à noite, parar num lugar qualquer, acomodar o corpo cansado e bradar, como fazia o jornalista Marcos Faerman: - Estalajadeiro!!!

Leia o artigo completo em <http://pobresenojentas.blogspot.com/2009/05/serra-em-mim-x-paraty-produto.html>

RBS faz 30 anos e consolida tática do "papa tudo" em Santa Catarina

A Rede Brasil Sul faz 30 anos em Santa Catarina. Por conta disso, todos os dias, as suas emissoras de televisão mostram propagandas que retratam seus funcionários sorridentes, felizes e cheios de otimismo. Essa felicidade só se explicaria pelo fato de ali, naquela empresa, eles venderem a sua força de trabalho e por isso receberem um parco salário (com exceção dos figurões, que ganham muito bem). Nestes tempos bicudos, ter um emprego já é coisa para se comemorar, daí se poder entender aquela alegria toda na telinha. Tirando isso – a vida mesma de quem trabalha na empresa – o que sobra é o saldo de três décadas de monopólio da informação, coisa altamente nefasta para a liberdade de expressão, para os próprios trabalhadores e para a vida cultural de um povo.

Anos 70 – Santa Catarina é prisioneira do conservadorismo

Quando a década de 70 principia, vem carregada de mudanças em todo o planeta. O Maio de 68 detonara revoluções culturais, o movimento hippie cresce, as lutas populares de libertação em Portugal e nas colônias da África apontam novos rumos, a derrota dos Estados Unidos no Vietnã enche de esperanças o movimento socialista. Mas, no Brasil, a ditadura militar recrudescer sob a mão dura do general Emílio Garrastazu Médici, vivendo uma espécie de contramão da história. São tempos duros, de massacres de lideranças estudantis e políticas. Neste contexto cresce a

influência da empresa de Roberto Marinho, a Rede Globo, que, aliada aos militares e ao grupo estadunidense Time-Life, começa a consolidar no país uma rede comunicacional com o objetivo de criar "a identidade nacional". São tempos de "milagres" e do silêncio das vozes críticas. Santa Catarina não foge do diapasão. Mergulhada no conservadorismo, alterna-se entre o domínio das famílias Ramos e Bornhausen.

No campo da comunicação, apesar de a televisão já ter chegado ao Brasil nos anos 50, em Santa Catarina a população conta com apenas dois canais. Um deles é a TV Coligadas, com sede em Blumenau que, naqueles dias, transmitia o sinal da Rede Globo, embora tivesse liberdade de produzir programação local. O outro canal fica em Florianópolis e retransmite o sinal da TV Tupi, sendo conduzido pelo clã Ramos/Bornhausen. De fato, tanto uma emissora como a outra estavam nas mãos das oligarquias estaduais e serviam para respaldar o regime que por aqui tinha fortes aliados. Mas, por conta do atraso político, estes grupos conservadores não perceberam as mudanças que aconteciam no mundo da comunicação. Capitaneada pelo grupo Marinho, a proposta que surgia em nível nacional era a de encarar esse setor como mais um braço da indústria, capaz de gerar não só riquezas, mas também – e principalmente – mais-valia ideológica, formando a cabeça das gentes. E foi aí que a RBS entrou com força total.

O grupo RBS

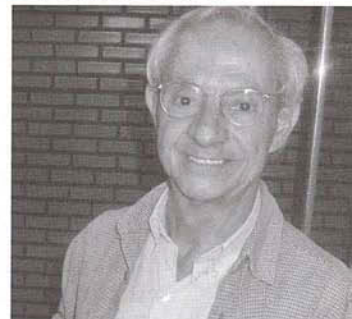
Quando Maurício Sirotsky, o Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

patriarca da RBS, colocou os olhos sobre Santa Catarina, já tinha consolidado um projeto ambicioso no Rio Grande do Sul. Desde o ano de 1957, quando comprou a Rádio Gaúcha, Maurício foi ampliando o que mais tarde veio chamar de "rede regional". Ou seja, devagar e sem alarde, foi comprando os mais importantes veículos de comunicação do Estado. Em 1961 já era dono da TV Gaúcha e em 63 abocanhava mais três repetidoras. Em 1970 comprou o jornal Zero Hora e no ano seguinte fechou acordo com a Rede Globo para retransmitir seu sinal pela TV Gaúcha. Em 1972 dominava o Estado através de 102 retransmissoras e quatro geradoras. Alinhava-se então ao projeto de hegemonização da identidade nacional liderado pela Globo e seus parceiros militares. Quando a década de 70 terminou, os Sirotsky tinham dez emissoras de televisão, cinco rádios, um jornal, uma editora e uma gráfica. Era um pequeno império que já se configurava um monopólio comunicacional.

E foi essa fome de dominação midiática que sentiu o cheiro das possibilidades em Santa Catarina. Atrasado e prisioneiro de políticos ultraconservadores, o Estado não via as mudanças que aconteciam no país dentro do processo de acumulação capitalista. A comunicação também virara uma indústria e exigia uma gestão empresarial competente. Além disso, a Rede Globo não aceitava que, na capital, Florianópolis, o seu sinal – que vinha pela TV Coligadas de Blumenau – continuasse perdendo para a Tupi. Foi essa confluência de fatores que fez com que a família

Por Elaine Tavares,
de Florianópolis

Fotos: Luiz Stefanos



Daniilo: é preciso levar o tema para a sociedade



Tres: ação no Ministério Público Federal

Sirotsky se achegasse de mansinho e fosse assumindo o controle da comunicação em Santa Catarina. Ela trazia seu conceito de "rede regional" e, com isso, permitia que o sinal da Globo infectasse todo o Estado.

A chegada em Santa Catarina

Quando em 1976 foi aberta a concorrência para a concessão de um canal na capital, Florianópolis, os Sirotsky se apresentaram. Segundo a pesquisa realizada pela jornalista Dulce Márcia Cruz, não há uma explicação muito clara para o fato de a oligarquia catarinense ter perdido esse processo. O que se pode aventar é que o governo militar, aliado à Globo, pode ter entendido que a proposta empresarial do grupo gaúcho seria mais competente para alavancar o projeto de dominação nacional pela palavra. Assim, a RBS ganhou o canal 12 e em 1979 colocava no ar a sua programação em Santa Catarina. Era a Globo travestida, como bem mostra o professor Carlos Alberto de Souza no livro "O fundo do espelho é outro".

A partir da primeira emissora em Florianópolis o conceito de rede foi se ampliando. Em três anos de vida no estado, a RBS já havia comprado emissoras em Joinville, Blumenau e Chapecó. Depois, "devagarinho", fez como fizera no Rio Grande, e foi ampliando sua malha. Hoje, a Rede Brasil Sul controla praticamente toda a comunicação do Estado, tendo garantido mais duas emissoras de TV, em Joaçaba

e Criciúma, além de uma "comunitária", a cabo, com sede em Florianópolis. Também são de sua propriedade as rádios CBN e Itapema, assim como um portal na Internet. Não bastasse isso, a RBS comprou o Jornal de Santa Catarina, com sede em Blumenau, e mais recentemente o A Notícia, de Joinville. Os dois jornais tinham circulação estadual e eram, a seu modo, uma alternativa para a população. Mas, agora, depois da compra, os dois periódicos passaram a circular apenas nas respectivas regiões e se configuram um monopólio informacional, visto que são as mesmas informações que circulam em todos os veículos, chegando às vezes a estampar a mesma manchete do Diário Catarinense. Considerando que a concorrência é quase irrisória, praticamente tudo o que se vê, lê e ouve no estado está sob o controle da RBS.

Já no campo laboral, esses mesmos trabalhadores que aparecem sorridentes nas propagandas estão submetidos a contratos leoninos. Atualmente, os jornalistas que atuam nos jornais do grupo precisam fazer a notícia escrita e produzir também em vídeo, para a cara multimídia da empresa. Isso quando suas matérias não se reproduzem em outros jornais da rede, assim como no sítio eletrônico. O salário, é claro, segue sendo apenas um – e baixo – embora as funções aumentem. No interior do estado, conforme denúncias que chegam ao Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, os profissionais da escrita ainda precisam dirigir e fotografar em alguns casos. É o supra-sumo do

que Ruy Mauro Marini configurou teoricamente como a super-exploração do trabalho, relação típica do capitalismo dependente nos países periféricos. Ou seja, não basta explorar, é preciso sugar até a última gota. O trabalhador se submete porque, em função do monopólio da informação, a RBS acaba também monopolizando o mercado de trabalho.

É certo que existe certo número de trabalhadores que veste a camisa da empresa como uma segunda pele, e tem uma sobrevida, mas mesmo eles não escapam das demissões quando não são mais necessários. Assim, trabalhar na RBS é sempre um risco. Que o diga o fotógrafo Cláudio Silva da Silva, com anos de RBS e ganhador de vários prêmios para o jornal Diário Catarinense, que foi preso pela política militar ao fotografar as manifestações da Revolta da Catraca e, no dia seguinte, acabou sumariamente demitido pela empresa. Ou seja, não bastou a arbitrariedade da polícia ao prender um profissional que fazia seu trabalho. A RBS ainda respaldou a violência considerando-o culpado por fotografar e defender seu equipamento. A empresa tomou um processo e perdeu. Outro que protagonizou lutas homéricas contra a RBS por questões trabalhistas foi o jornalista, também premiadíssimo, Renan Antunes, que chegou a deitar-se na frente da empresa para exigir seus direitos. No geral, as pendências trabalhistas sempre são ganhas pelos trabalhadores, mas não são muitos os que recorrem aos seus direitos. A

maioria teme entrar na "lista" dos que não conseguem mais emprego no estado.

Segundo levantamentos do Sindicato, as condições de trabalho dos funcionários da Rede são as mais estressantes, isso por conta do crescente enxugamento da empresa. Para se ter uma idéia, no auge da ocupação do estado, a empresa tinha quase três mil trabalhadores, agora tem em torno de 1.600, o que significa que tem gente trabalhando por dois ou três. Super-exploração! Isso pode ser comprovado apenas com uma olhadinha no sítio do jornal e nas páginas impressas. Há casos, como o do jornal A Notícia, por exemplo, em que o famoso "pescoço" (quando os trabalhadores fecham o jornal de sexta, sábado e domingo, trabalhando toda a noite de sexta-feira) já provocou ação incisiva do sindicato. Mesmo assim, prossegue.

Ação na Justiça

Para além da situação dos trabalhadores, a ação da RBS como empresa oligopólica acabou sendo considerada ilegal e lesiva ao povo catarinense por um corajoso Procurador Regional dos Direitos do Cidadão em Santa Catarina, Celso Antônio Tres. Com base na lei e não se permitindo à inércia por algumas falhas que ela tem, Tres propôs ação civil pública do Ministério Público Federal contra a empresa dos Sirotsky, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a União.

Segundo ele, a lei é bem clara no que diz respeito à tutela dos direitos de informação e expressão do cidadão e exige a pluralidade, uma

premissa básica do Estado Democrático e de Direito, coisa que hoje não existe por conta da dominação da RBS. Com base nesta exigência legal, o procurador denuncia e exige providências contra o oligopólio da mídia sustentado pela RBS não só em Santa Catarina, mas também no Rio Grande do Sul. Conforme consta no corpo da denúncia, é comprovada documentalmente a posse, nos dois Estados, de 18 emissoras de televisão aberta, 2 emissoras por cabo, 8 jornais diários, 26 emissoras de rádio, 2 portais na internet, 1 editora e 1 gravadora. Celso Tres diz ainda que o faturamento do grupo em 2006 chegou a 825 milhões de reais, com um lucro líquido de 93 milhões, tudo isso baseado no domínio da mente das populações do sul, que, atualmente, não têm possibilidade de receber uma informação plural.

Sem essa garantia, os empobrecidos, os excluídos do sistema, os lutadores sociais, as gentes da periferia, todo esse povo fica de fora, tanto da própria mídia, porque nunca é mostrado como construtor de mundos, quanto da possibilidade de compreensão da realidade, porque não tem outra fonte de informação. Celso Tres afirma ainda que, na atualidade, o Estado é puro espetáculo enquanto o cidadão assume o posto de espectador. E, nesse contexto, a mídia passa a ser o receptor do "espetáculo" diário, ainda que este não tenha a menor consistência. "Nós vivemos uma histeria diária provocada pela mídia e o país atua sob a batuta desta histeria".

No caso de Santa Cata-

rina, o mais grave é que a histeria é provocada por um único grupo, que detém o controle das emissoras de TV e dos jornais de circulação estadual. Não há concorrência para a RBS e, quando ela aparece, é sumariamente derrotada através de ações ilegais como o "dumping", como o que aconteceu em Florianópolis quando da abertura do jornal Notícias do Dia, um periódico de formato popular com um preço de 0,50 centavos. Imediatamente a RBS reagiu colocando nas bancas um jornal para o mesmo público-alvo, ao preço de 0,25 centavos. Não bastasse isso, insiste Tres, ela mantém cativas empresas de toda a ordem exigindo delas exclusividade nos anúncios, incorrendo assim em crime contra a ordem econômica.

Sobre isso a lei é muito clara. Desde 1967 que é terminantemente proibido uma empresa ter mais que duas emissoras de TV por estado. A RBS tem mais de uma dezena. A Constituição de 1988 determina que a comunicação não pode ser objeto de oligopólio. Pois em Santa Catarina é. Segundo Tres, na formação acionária das empresas existem "mais de 300 Sirotsky", portanto não há como negar que esta família controle as empresas, como quis fazer crer o Ministério das Comunicações, também réu na ação. "Eles alegaram que a RBS não existe, é um nome de fantasia para empresas de vários donos. Ora, isso é mentira. Os donos são os mesmos: os Sirotsky."

O procurador alega que a lei no Brasil, no que diz respeito à porcentagem de

produção local que deve ter uma empresa, nunca foi regulamentada, mas não é por conta da inoperância do legislativo que a Justiça não pode agir. "Nós acabamos utilizando a lei que trata do mercado de chocolate, cerveja etc. Nesta lei, uma empresa não pode controlar mais que 20% do mercado. Ora, em Santa Catarina, a RBS controla quase 100% da informação."

Aprofundando o debate sobre a ação oligopólica da RBS, Danilo Carneiro, estudioso do sistema capitalista e membro do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, entende que a atuação da empresa dos Sirotsky está muito bem colocada dentro dos marcos do capitalismo. Desde as cidades-estado italianas, quando o comércio capitalista nascente impulsionou a acumulação de lucros, até os dias de hoje, a consolidação do capitalismo está ligada à exploração dos trabalhadores e da natureza. Para que isso aconteça é necessário manter as gentes em estado permanente de alienação e aí entram os Meios de Comunicação de Massa. Não é à toa, portanto, que instituições governamentais como o CADE e o Ministério das Comunicações façam vistas grossas ao oligopólio da RBS assim como ao da Globo. Tudo faz parte da manutenção do sistema.

Sobre a ação na Justiça contra a RBS, Danilo diz que hoje, no Brasil, existem mais de 60 milhões de ações em andamento e isso por si só já dá um panorama do que pode acontecer. Sem uma mobilização política efetiva

das entidades e do povo catarinense, essa ação contra o oligopólio da RBS pode se perder no sumidouro da Justiça brasileira.

Por conta disso já começam a se movimentar as entidades sindicais e populares, compreendendo que, à corajosa atitude do procurador Celso Tres, devem se somar ações políticas e de acompanhamento da ação. A idéia é de não esmorecer na pressão junto ao Judiciário para que o processo chegue a um final.

Conforme bem lembra Celso Tres, esta não é uma ação voluntarista ou ideológica, ela é objetiva e se fundamenta na lei maior. Oligopólios são proibidos e as populações de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul têm direito a uma informação plural e diversificada. Não há amparo legal para a propriedade cruzada, o pensamento único e muito menos para a dominação econômica.

Na senda da fala de Danilo Carneiro, que deixa claro que sob a ditadura do capital é impossível a democratização da comunicação, está colocada a necessidade da discussão e da luta por outra comunicação e outro Estado que não esse no qual imperam as relações de dominação. Agora é ficar atento e aprofundar a luta. Sem isso, não anda a ação e tampouco acontecem mudanças estruturais. No mais, é lutar por soberania comunicacional, entendendo que ela só pode vir quando soberano for o povo, capaz de criar um novo jeito de ser Estado.

Colômbia prossegue com terrorismo de Estado

Por Elaine Tavares, de Florianópolis

Enquanto a mídia entreguista faz alarde sobre as ações de governos como o de Hugo Chávez, na Venezuela, e de Rafael Correa, no Equador, que se dispuseram a dar um freio ao esquema de propaganda do sistema promovido pela mídia comercial dos seus referidos países, praticamente nada fala da clara tendência fascista de países como México e Colômbia, que têm promovido impunemente o terrorismo de estado. Tanto no governo de Felipe Calderón como no de Álvaro Uribe, o processo de criminalização dos movimentos sociais se agiganta, isso quando não ocorrem assassinatos e desaparecimentos.

A última ação protagonizada pelos dois países envolve um estudante colombiano que fazia pós-graduação na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), México: o sociólogo Miguel Angel Beltrán. Pois este homem foi sumariamente preso e – em tempo recorde – deportado para a Colômbia sob a acusação de ter “ligações” com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e Raul Reys, o líder guerrilheiro morto em uma ação orquestrada pelos Estados Unidos.

Segundo autoridades mexicanas, as informações do “envolvimento” do sociólogo com as FARC foram prestadas pelo governo colombiano, com quem o país tem estreita colaboração. Isso mostra o quanto o velho sistema inaugurado pelos Estados Unidos de espionagem e delação dos lutadores sociais continua mais vivo do que nunca. A doutrina da contra-insurgência inaugurada nos anos 1960 para “caçar comunistas” segue a pleno vapor, passando inclusive por cima de todas as leis nacionais e inter-

nacionais. A criminalização das lutas sociais hoje é o substituto legítimo da caçada comunista dos tempos da Guerra Fria.

A prisão

A detenção - e deportação - de Beltrán aconteceu no momento em que ele foi renovar seus papéis no setor de migração. Segundo dirigentes do Instituto Nacional de Migração mexicano, a prisão se deu porque o sociólogo resistiu à expulsão. O que eles não disseram é que, ao se apresentar com um advogado da UNAM para dar entrada aos trâmites de renovação do visto, no bairro de Polanco, Beltrán foi imediatamente separado do profissional e levado para um bairro vizinho onde ficou incomunicável, sem poder fazer sequer uma chamada telefônica, o que configura, no dizer da professora Raquel Sosa, orientadora do sociólogo na UNAM, “uma grave violação dos direitos humanos por parte dos governos de ambos os países”.

Todo esse trâmite se deu em poucas horas e no dia seguinte o sociólogo Beltrán já estava num avião rumo a Bogotá. E, ao contrário do que disseram as autoridades mexicanas, na Colômbia a polícia afirmava que a prisão tinha sido feita graças à “valiosa cooperação” que existe entre os dois países para coibir delitos. As acusações que pesam sobre o sociólogo são a de ser muito chegado a Raul Reys e de administrar recursos para ações terroristas. As provas – dizem – estão no mui famoso computador que se salvou “por milagre” na ação em que acabou morto o líder das FARC.

Revista Virtual

DESACATO

América Latina – Soberania e Paz

WWW.DESACATO.INFO

DESACATO.BRASIL@GMAIL.COM

22

Pobres
Nojentas
maí/jun
2009



POR UMA PALESTINA LIVRE E SOBERANA



Miguel Angel Beltrán é professor da Universidade Nacional da Colômbia e já havia feito seu doutorado no México com uma tese sobre o movimento de libertação nacional de Lázaro Cárdenas. Atualmente fazia um pós-doutorado enfocando a sucessão presidencial no México em 1933-1934. Estar afinado com as questões sociais e políticas da América Latina foi “a prova” apresentada de que o professor seria perigoso e subversivo. Já para sua orientadora na UNAM, ele nada mais é do que uma pessoa totalmente dedicada à investigação acadêmica, não estando ligado a nenhuma atividade política.

As conseqüências

Não é de hoje que a imprensa internacional alternativa vem divulgando as ações de terrorismo de estado intensificadas pelo governo de Álvaro Uribe na Colômbia. Além da sistemática atuação dos grupos paramilitares e das milícias do narcotráfico contra camponeses e lideranças sociais, há um ataque metódico contra todo e qualquer pensamento crítico, o que torna os universitários e intelectuais figuras altamente “perigosas” para o regime de exceção deste país, ocupado pelos marines estadunidenses em parceria com a elite entreguista.

Segundo os colegas de Beltrán no México, o professor está sendo perseguido por ter tido um passado de luta no seu país. Quando jovem foi militante da União Patriótica, uma organização de esquerda praticamente exterminada nos anos 80 pelos governos-marionetes de plantão. Hoje, mesmo com a vida totalmente entregue aos estudos e ao ensino, o sociólogo segue sendo estigmatizado, tal qual outros intelectuais do país, sendo perseguido

por sua visão crítica, acusado de terrorista. É que na Colômbia ocupada, qualquer um que não pense como o governo quer que se pense imediatamente é rotulado de terrorista.

Para quem não sabe, a luta anticapitalista e pela libertação da Colômbia existe desde o início dos anos 50, quando vários grupos se armaram para defender a pátria jogada num caos político pela ação da direita, com o assassinato de Jorge Gaitán, então candidato presidencial. Desde aí, o país vem sendo governado por governos títeres dos Estados Unidos, que seguem a ferro e fogo a política de extermínio de qualquer dissidência crítica. Ainda assim, vários grupos insurgentes seguem resistindo, armados, numa luta que está longe do fim. A Colômbia hoje é um espaço geográfico estratégico na geopolítica estadunidense, uma vez que faz fronteira com a Venezuela, o Equador e a Amazônia brasileira.

Não é sem razão que o governo de Uribe segue a cartilha contra-insurgente dos Estados Unidos, que tem como ponto principal a aniquilação total do inimigo. E isso pressupõe não só a destruição política, mas da vida mesma. No primeiro mandato de Uribe, a ação anti-insurgente ficou mais focada no movimento sindical e camponês. Agora, o ataque está sendo contra a universidade, contra os centros de pensamento crítico. O fato de Beltrán ter pautado suas investigações nos movimentos sociais latino-americanos e no próprio confronto armado da Colômbia o tornou um inimigo a ser destruído.

Resta agora ao movimento popular latino-americano iniciar mais uma cruzada em defesa do pensamento crítico e, mais, voltar os olhos para a Colômbia, tão perto e tão longe das preocupações solidárias.

A origem das

Aqui, a invenção humana mais importante de todos os tempos: o alfabeto, criado pelos egípcios há 3000 a.C.

O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), certa vez, perguntou a seus alunos da Universidade de Königsberg qual a coisa mais importante numa palavra. Nenhum soube responder. E o velho mestre Kant disse a seguinte linha de frase: "O que há de mais essencial numa palavra não é sua beleza, nem seu significado, nada disso; a pedra fundamental de uma palavra é a **letra**. A **letra** é fixiter Geist, ou seja, é a potência/energia que fixa o espírito numa palavra.

Toda **letra**, em sua raiz, é fogo. Portanto, toda palavra guarda em si a tessitura da chama. Se falamos ou escrevemos a palavra para mentir ou corromper ou enfeiar, o mistério da palavra se retrai, posto que a palavra é uma invenção humana e divina - com a marca da luz sideral - e a palavra serve apenas aos que a dizem com reverência.

A **letra** é sempre vivificante.

Um exemplo? Experimente pronunciar jasmim sem a **letra** "j". E pronunciar pedra sem a **letra** "p". Isto mesmo: a **letra** é o vulcão sob a neve. E quem as criou? Foram os egípcios, há 3000 a.C. A escrita egípcia - elaborada a partir de desenhos (ou hieróglifos) - tinha uma forma gráfica mais atraente para ser escrita e lida. Isto apenas quer dizer que a atração por dizer **palavras com letras** nasceu da necessidade da beleza.

No século 11 a.C., o sistema utilizado na escrita fenícia já tinha passado por várias modificações e se fixado numa forma definitiva, com 22 letras apenas. A escrita egípcia e a fenícia deram origem à escrita grega (com 24 letras), da qual se derivou a latina, origem do alfabeto que hoje usamos.

Muitos estudiosos dizem que o alfabeto propriamente dito foi inventado pelos gregos. Foram eles que tiveram a idéia, por exemplo, de escrever da esquerda para a direita. Alguns eruditos e até imperadores, como Claudio, tentaram inventar letras, mas não foram bem sucedidos.

Então: as vogais **A E I O U** tiveram sua origem nos caracteres hieroglíficos egípcios; e estes foram aperfeiçoados pelos gregos.

Olha só no que deu.

A letra **A**: tem sua origem mais remota no pictogra-

ma do hieróglifo egípcio que representa a cabeça de um boi.

A letra **E**: essa letra vem do hieróglifo egípcio que significa "contemplar", "olhar", "alegrar-se".

A letra **I**: o hieróglifo egípcio que representa a "mão" (e que se diz *iod* nas línguas semíticas) serviu de modelo para esta letra. O pingo no **I** começou a aparecer no século 14, tornando essa letra mais fácil de ser reconhecida na letra gótica (ou preta): *i*.

A letra **O**: surgiu do hieróglifo egípcio de um "olho"; em grego tem o nome de *ômicron*, que significa "o minúsculo", ou "breve".

A letra **U**: sua origem é a letra fenícia *vau*, derivada do hieróglifo egípcio que significa "gancho" ou "suporte".

A origem do ponto (.): os antigos costumavam escrever as palavras sem separação, emendando umas nas outras. Para evitar ambigüidades, ou simplesmente destacar palavras, usavam um ponto, separando-as.

A seguir curiosidades em torno das consoantes que tiveram sua origem nos caracteres hieroglíficos egípcios e que, da mesma forma, foram aperfeiçoadas pelos gregos.

A letra **B**: vem do pictograma egípcio que representa uma "casa mediterrânea de teto achatado".

A letra **C**: o hieróglifo egípcio para esta letra é um "bumerangue"; representa, em latim antigo, os sons "k" e "g"; a letra **Ç** surgiu na península ibérica; forma gráfica mais antiga do **Ç** era um **C** com um pequeno **z** subscrito.

A letra **D**: lembra até hoje uma "porta", como é desenhado no hieróglifo egípcio.

A letra **F**: tem sua origem na letra fenícia *vau*, oriunda do hieróglifo egípcio que representa os termos "gancho" ou "suporte". Desta letra os gregos derivaram o *digama*, que gerou o "f", e outras letras como o "u", o "v", o "w" e o "y".

A letra **G**: a invenção desta foi atribuída a Spurius Carvilius Ruga (230 a.C.).

A letra **H**: a origem egípcia desta letra é o hieróglifo que significa "cerca" ou "corda trançada".

A letra **J** é também uma invenção da Idade Média. Antes era grafado com dois **II** góticos: cortou-se um pedaço do primeiro **I** e surgiu o **J**.

A letra **K**: a origem egípcia desta letra é o hieróglifo que representa a "mão" com a palma virada para cima.

A letra **L**: originou-se do antigo hieróglifo egípcio

que representava um "cajado".

A letra **M**: o hieróglifo egípcio originário representa a "onda das águas".

A letra **N**: deriva do desenho de uma "serpente", segundo a forma do hieróglifo egípcio.

A letra **P**: na origem hieroglífica do alfabeto egípcio representa uma "boca".

A letra **Q**: só era usada em latim diante de **u**, como a usamos hoje e nos hieróglifos egípcios é desenhada como um "nó".

A letra **R**: lembra até hoje o desenho de uma "cabeça", como a desenhou o escriba egípcio.

A letra **S**: no hieróglifo egípcio foi grafado como "dente"; os gregos transformaram este "dente" num "s": letra inventada por eles.

A letra **T**: representa originariamente uma "marca", cujo hieróglifo egípcio lembra um "x"; o nome fenício para "marca" é *tau*.

A letra **X**: no hieróglifo egípcio foi desenhado como um "peixe".

A letra **Y** (*ípsilon*): do alfabeto grego, os romanos (que escreviam em latim) ficaram apenas com a letra **V**. Posteriormente, com a distinção fonética, a letra **V** ficou para o segmento consonantal; e a forma arredondada **U** ficou para a vogal.

A letra **Z**: até os dias atuais lembra sua forma primitiva egípcia: uma "foice".

A difusão da letra **W** (não se conhece a origem desta letra) deve-se ao extenso uso que teve em manuscritos da Alemanha nos séculos 11 e 12.

A partir do que foi lido até agora, podemos chegar à seguinte conclusão: **a origem das letras** teve sua origem primeira em **Algo** no cérebro do homem; e este **Algo** é, sem dúvida, o "fogo que ama".

O fogo das letras se entrelaça para compôr cada palavra que escrevemos. E este fogo – com a leveza de um sopro – é da mesma matéria das estrelas.

E se a palavra é sopro de fogo e sopro de fogo é vida, cantemos, então, a sarça em chamas de cada palavra tocada de infindo mistério.

A palavra não é o fim: apenas aponta para o fim; e o fim é permitir ao homem que pronuncie **seu desejo** livremente, **desejo** este que dissolve a neurose e a per-versão.

Eu desejo muitos veleiros para o fogo da palavra.

Evoé!

MST e o Jornalismo Libertador

A *Companhia dos Loucos*, que edita a revista *Pobres & Nojentas*, lançou em abril mais um livro da jornalista Elaine Tavares. Intitulada "Porque é preciso romper as cercas: do MST ao Jornalismo de Libertação", a obra narra uma histórica ocupação do MST, a da Fazenda Anonni, no interior do Rio Grande do Sul, ocorrida em 1985/86. Ao contar a luta das gentes, Elaine desvela a sua própria trajetória em busca de um jornalismo que se compromete e toma posição, sem perder o foco na realidade objetiva.

São os primeiros passos da discussão do que mais tarde Elaine veio a cunhar como Jornalismo Libertador, conceito no qual se ampara o jornalismo que não é servil

nem porta-voz dos poderosos, e sim que narra a vida desde o olhar da comunidade das vítimas, como ensina o filósofo da libertação, Enrique Dussel.

Hoje, falar daquele acampamento que existiu no interior de Sarandi, com mais de seis mil pessoas acampadas, é recuperar o caminho histórico do MST, atualmente acossado por agressões de toda sorte. O lançamento do livro acaba sendo também um momento de justo apoio a este movimento que tem sido um sendero de luta e transformação.

O livro, com 138 páginas, custa R\$ 10,00 (incluindo a postagem). Encomende no endereço eletrônico revistapobresnojentas@gmail.com

Foto: Rosangela Bion de Assis



Elaine: narrativas com compromisso social

Umás e outras

Por Celso Vicenzi,
de Florianópolis



Celso Vicenzi, jornalista, já foi presidente do Sindicato dos Jornalistas/SC, Prêmio Esso de Jornalismo e atualmente assessora um sindicato e uma cooperativa de crédito.

É UMA VERGONHA. Patife, tratante, meliante, cafajeste, picareta, sem-vergonha, sórdido, torpe, calhorda, malfeitor, canalha, sacripanta, malandro, biltre, intrujão, crápula, safado, velhaco ou, se preferir, vereador, deputado ou senador, às suas ordens!

PIOR É O PREÇO. Tudo bem que o Congresso é uma zona, mas podiam cobrar mais barato pelas sacanagens.

QUE É AQUILO? Afinal, é um Congresso ou um congracamento de pilantras?

LITERALMENTE. Em Florianópolis, o sujeito que apóia o prefeito é um partidário!

A CHAMA DO PODER. Piromaníaco ambicioso não vê a hora de ascender.

VARIÁVEL INCÔMODA. A crise dos bancos provou que é muito rápido passar de societário para sócio otário.

QUEBRADEIRA. E pensar que houve um tempo em que os bancos eram lugares seguros para guardar dinheiro...

MODOS. A felicidade costuma bater à porta. A tragédia entra sem pedir licença.

É SEMPRE ASSIM. Quando as oportunidades batem à porta, os pessimistas pulam pela janela.

FRUSTRAÇÃO. Era um jogador tão ruim, mas tão ruim, que não era titular nem da própria conta bancária.

CORTE E COSTURA. A linha de parentesco serve para fazer remendos na árvore genealógica.

FALANDO SÉRIO. A maioria das pessoas só gosta de entrar num debate para ouvir a própria opinião.

Quem é ela?

Por Rosangela Bion de Assis,
de Florianópolis

Quem é essa que me olha,
imita meus gestos,
e repete meus sons?
Até se parece comigo.
Vagamente.
Quem é essa mulher madura que sorri tanto com os olhos?
Que some,
mas é cada vez mais presente?
Quem é essa que me segue,
e me assusta pela manhã?
Porque me olha assim cansada?
Tão cheia de certezas e mais tranqüila.
Nem perguntou se eu desejava abandonar minhas ilusões.
Não consigo entender porque me chamam
e é ela que se apresenta.



Foto: Rosangela Bion de Assis



A Benedetti

Por Koldo C. Sagaseta, do País Basco

Há vidas que, de mortas,
só são biografias,
ambíguos prontos-para-usar,
de contos e contas,
acaso um mal havido matrimônio
e alguns herdeiros pior achados,
um cachorro que lhes ladre
aflitivas manchetes,
um prefeito de encargo,
um cardeal de ofício
e um par de funerais.
Mas apenas a terra
se some à homenagem
e os vermes rendem
honras ao defunto,
daquele ilustre morto vai ficar,
se me apressam, a missa aniversário
com que a igreja reconforta o luto
enquanto a viúva queira
pagar os honorários,
e uma lápide triste que lembre
um esquecido nome
e um extraviado ano.
São vidas que se perdem no tempo
Sem um beijo nas costas nem uma mão
no peito,
infelizmente mortas.
Há mortes que, de vivas,
nos dão as boas horas,
nos lustram o sorriso,
nos amarram os sapatos
com os que andar o dia,
nos rondam e nos cantam
os sonhos que ainda amamos.

Um pedacinho de terra perdido no mar... E cercado de esgoto

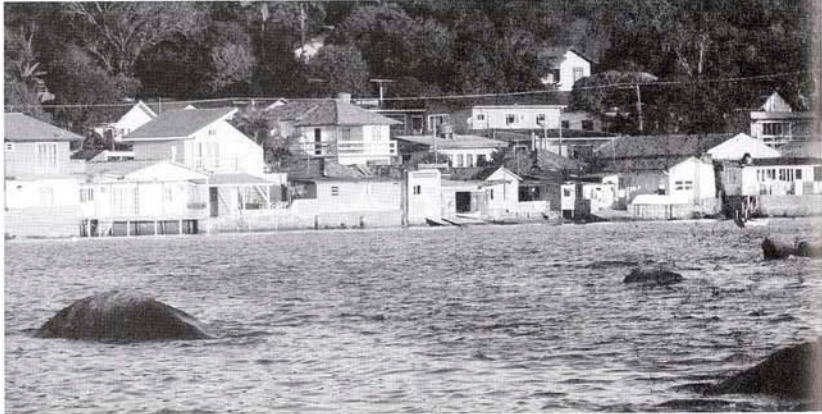


Foto: Marcela Cornelli

Especulação imobiliária e projetos de saneamento criticados pelos movimentos populares ameaçam a beleza da Capital catarinense, cantada no "Rancho de Amor à Ilha", o Hino de Florianópolis composto por Cláudio Alvim Barbosa, o Poeta Zininho

na página 08

Oligopólio informativo da RBS no Estado é alvo de Ação Civil Pública

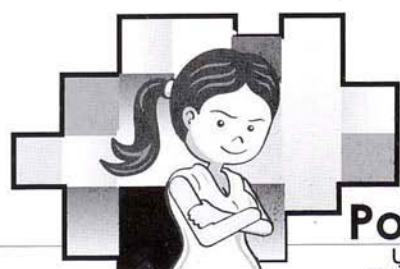
na página 16



Foto: Miriam Santini de Abreu

Américo arranca da terra o legado do Caminho do Ouro

na página 22



Pobres
Uma revista de classe Nojentas